

Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial



acompanhadas do relatório do auditor
independente em 31 de dezembro de 2022



Will S.A. Instituição de Pagamento

will ●
BANK



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Aos Acionistas e Administradores da
Will S.A. Instituição de Pagamento

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Will S.A. Instituição de Pagamento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 168 de 01 de dezembro de 2021 do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Will S.A. Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2022 acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Will S.A. Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis de conglomerados prudenciais previstas na Resolução nº 168 do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Base para opinião com ressalva

Mensuração do investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 e nº 9 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Instituição é a única cotista do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera (“Fundo”), o qual adquire direitos creditórios inadimplidos da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, controlada integral da Instituição. Portanto, conforme Resolução nº 3.533 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), todos os riscos e benefícios do ativo financeiro (direitos creditórios inadimplidos) são retidos pela Instituição. Contudo, para fins destas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Instituição adota como prática contábil a mensuração desses direitos creditórios, cujos montantes totalizam R\$127.021 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$56.866 mil em 31 de dezembro de 2021), a valor justo. Considerando que o Fundo é detido pela Instituição, entendemos que a mensuração de referidos direitos creditórios deveria ser realizada com base na Resolução nº 2.682 do CMN, que dispõe sobre a classificação das operações de crédito em diferentes níveis de risco (“rating”) e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os montantes dessas operações. Se a Administração tivesse adotado os requerimentos de referidas resoluções, os saldos desses direitos creditórios do Fundo em 31 de dezembro de 2022 e em exercícios anteriores, bem como os respectivos efeitos nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2022, seriam afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto nas demonstrações contábeis não foram quantificados.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Conglomerado Prudencial da Will S.A. Instituição de Pagamento, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme descrito em nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 168 de 1º de dezembro de 2021 do BACEN. Consequentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Instituição foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Limite de capital regulatório

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que, a partir de 1º de julho de 2023, entrou em vigor a Resolução BCB nº 199, a qual estabelece nova metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) para conglomerado prudencial classificado como Tipo 3, projetando desenquadramento da Instituição aos limites mínimos de capital regulatório a partir dessa data. Adicionalmente, a referida nota explicativa descreve uma série de iniciativas da Administração, especialmente quanto à implementação de processo para novo aporte de capital, inclusive com compromisso de suporte financeiro dos atuais controladores, com finalidade de enquadramento da Instituição às alterações trazidas pela referida resolução. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais

A Administração da Will S.A. Instituição de Pagamento elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório do auditor independente com ressalva sobre a mensuração do investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera, emitido em 20 de junho de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidada não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” anteriormente, a Instituição adota como prática contábil a mensuração dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera com base no seu valor justo, em desacordo com a Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional. Em decorrência disso, os efeitos desse assunto no Relatório de Administração não foram quantificados.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 168 de 01 de dezembro de 2021 do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 168 de 01 de dezembro de 2021 do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

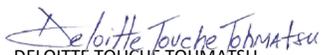
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

Deloitte.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou às atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de julho de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Diretoria

- ↘ **Diretor Geral**
Felipe Felix Soares de Sousa
- ↘ **Diretor Corporativo**
Ricardo Saad Neto

Contadora

- ↘ **Liliane Vicente Bifano**
CRC 1SP-326110/O-9

Relatório da Administração 2022

O Will Bank ("Grupo" ou "Will"), conglomerado composto pelas empresas Will S.A. Instituição de Pagamento (líder do Conglomerado Prudencial), Will Financeira S.A. CFI, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC"), Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding") e Will Produtos Ltda ("Will Produtos") divulga as suas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Fundado em maio de 2017, o will bank é um dos maiores bancos digitais do Brasil. A companhia possui como seu produto principal cartões de crédito e débito, assim como empréstimos pessoais, empréstimos com garantia do FGTS, conta digital, pagamentos, saques, transferências, recarga de celular, benefícios através da nossa loja, como cashbacks e cupons de desconto, tudo sem qualquer tarifa ou anuidade para o cliente.

Acreditamos que o crédito é um direito humano e nossa ambição é levar soluções financeiras a todos os brasileiros, inclusive e especialmente, a aqueles que hoje não têm acesso ao sistema financeiro. Para atingir todos os brasileiros é preciso falar de forma simples e clara, gerando engajamento e confiança. Alinhado com essa estratégia, iniciamos no primeiro semestre do ano de 2022 a primeira campanha nacional de branding do will bank, com o apoio da nossa equipe de embaixadores (Pablo Vittar, Whindersson Nunes, Maisa Silva, Thelma e Simone), que estrelaram inserções publicitárias veiculadas na TV, internet e mídia outdoor. Esta iniciativa foi fundamental para aumentar o reconhecimento da marca will bank e estreitar laços entre os nossos clientes e o nosso produto.

Em linha com nossa estratégia de democratização de serviços financeiros, atualmente temos cerca de 60% dos nossos clientes na região nordeste do Brasil, aproximadamente metade deles vivem em municípios com menos de 100 mil habitantes. Esse público, que os grandes bancos normalmente não atendem, possui uma enorme demanda por crédito, sendo que apenas em 2022 recebemos mais de 13,4 milhões de pedidos para o nosso produto, o que totalizam 29,1 milhões desde a nossa fundação. Esses pedidos geraram 1,4 milhões de novos clientes com cartão de crédito neste ano, uma marca recorde para a companhia, que totalizou uma base de 3,7 milhões de clientes com cartão de crédito.

Em 2022, nossos clientes transacionaram mais de R\$12,3 bilhões em nossos cartões, um aumento de 62% vs. o ano anterior, além de um total de R\$10,8 bilhões transacionado em nossas contas de pagamento, aumento de 420% na comparação anual, reforçando nossa estratégia multiproduto. Esse crescimento robusto reforça nossa capacidade de conceder crédito, oferecer produtos e ampliar nossos indicadores operacionais mesmo em um cenário macroeconômico mais desafiador, com aumento das taxas de juros e índices de inadimplência do mercado.

Nossa proposta de valor é ter sempre o cliente no centro e esse foco fica evidente nas avaliações do nosso app nas principais plataformas de download, com avaliação de 4,8 estrelas na App Store e de 4,3 estrelas na Play Store nos colocando entre os apps mais bem avaliados no setor de finanças.

Para sustentar a operação mantendo a excelência no serviço e a continuidade no desenvolvimento de novos produtos, contamos com uma equipe diversa e multidisciplinar, com mais de 1.200 willers, que juntos fazem o will bank ser uma das companhias mais bem avaliadas pelos colaboradores, com uma avaliação de 4,3 estrelas no Glassdoor.

Destques Financeiros

Receita de Intermediação Financeira: As receitas de intermediação financeira são geradas principalmente por atrasos nos pagamentos das faturas de cartão de crédito de clientes, juros de parcelamentos de faturas vincendas, do uso de limite através de produtos no crédito (como pagamento de boletos, transferências e saques no crédito), receitas de floating e novos produtos, como o empréstimo pessoal e adiantamento do FGTS. Em termos comparáveis, nossa receita bruta cresceu 88%, de R\$767 milhões em 2021 para R\$1,439 bilhões em 2022, crescimento este diretamente relacionado ao aumento da nossa base de clientes, assim como na disponibilidade de produtos, o que potencializa o valor transacionado em nossos cartões e consequentemente, a receita por cliente.

Despesas com Captação: Os custos de captação são as despesas com juros e englobam todos os custos relacionados ao financiamento da nossa operação, principalmente despesas com emissão de CDB's e LC's pré e pós-fixados, distribuídos por corretoras parceiras e diretamente para nossos clientes. No exercício de 2022, esse custo cresceu 166% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, substancialmente por conta do aumento da taxa básica de juros, que foi em média 12,53% em 2022, cerca de 8 p.p. acima da taxa média em 2021 de 4,51%.

Provisões e perdas associadas ao risco de crédito: As despesas com provisões associadas ao risco de crédito cresceram de R\$74 milhões em 2021 para R\$191 milhões em 2022, uma variação de 158%. Por sua vez, as despesas com operação de venda ou de transferência de ativos financeiros cresceram 96%, saindo de R\$433 milhões em 2021 para R\$849 milhões no período de 2022. Além do aumento na carteira de crédito, os índices de inadimplência estão convergindo aos níveis pré-pandemia, fato este que vem ocorrendo no mercado como um todo. O desempenho do will bank em inadimplência vem se mostrando consideravelmente superior à média do setor em 2022. Além disso, a inadimplência das novas safras atualmente está cerca de 50% abaixo da média histórica da Companhia, reforçando o crescimento saudável e melhores relações entre perda/provisões comparado com receita no futuro ao as novas safras maturarem dentro da base de clientes.

Resultado de Intermediação Financeira: Decorrente do exposto acima, o resultado de intermediação financeira reduziu dos R\$139 milhões registrados em 2021 para R\$81 milhões no ano de 2022, uma redução de 42%. Vale ressaltar que em 2021, o mercado no geral ainda vivia os efeitos das políticas de auxílio emergencial realizadas durante a pandemia, que fizeram as perdas de crédito, em especial, em nosso perfil de clientes diminuir consideravelmente.

Receitas de prestação de serviço: As receitas de serviços, podemos destacar a taxa de intercâmbio, mora e multa de faturas em atraso, recarga de celulares pré-pagos e comissões por compras efetuadas em nosso marketplace. No ano de 2022, a receita com serviços alcançou o montante de R\$194 milhões, ante R\$109 milhões no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 78%.

Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas, que englobam as despesas com pessoal, tributárias e depreciação e amortização, alcançaram R\$533 milhões no ano de 2022, um aumento em 102% comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento ocorreu por conta de: i) aumento do quadro de colaboradores, necessário para acompanhar o crescimento das nossas operações e expansão de linhas de negócio; ii) início da campanha nacional de branding, que impulsionou o reconhecimento da marca will bank e engajamento nas mídias da companhia; e iii) aumento das despesas de aquisição por conta do maior número de leads e aprovação de novos clientes.

Resultado Líquido: Em linha com a atual estratégia de crescimento da Companhia, o resultado de 2022 foi R\$164,9 milhões negativos, cerca de -11,5% da receita bruta.

Balancos Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa		343.855	253.913
Disponibilidades	5	154.076	82.599
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	189.779	171.314
Instrumentos Financeiros		4.452.920	2.831.096
Títulos e Valores Mobiliários	6	636.507	507.817
Operações de Crédito	7a	1.379.566	706.917
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	7d	(271.813)	(97.599)
Recebíveis de Cartão de Crédito	8	2.725.162	1.725.441
Provisão para Perdas Associadas a Recebíveis de Cartão de Crédito	8	(16.502)	(11.480)
Relações Interfinanceiras		51.404	-
Outros créditos	9	982.469	756.904
Ativos Fiscais Diferidos	15c.1	337.138	174.208
Imobilizado de Uso	10	31.910	25.442
Intangível	11	179.769	53.133
Depreciações e Amortizações	10/11	(42.392)	(24.711)
Total de Ativo		6.337.073	4.069.985
Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos e Instrumentos Financeiros		6.052.558	3.682.238
Depósitos	12a	2.537.747	1.076.706
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	12b	741.483	875.682
Relações Interfinanceiras	12c	2.773.328	1.729.850
Obrigações por Operações Compromissadas		18.267	-
Provisões e Contingências Passivas	13	4.017	2.354
Passivos Fiscais Diferidos	15c.2	14.621	5.889
Outras Obrigações	14	91.742	60.592
Total do Passivo		6.181.205	3.751.073
Patrimônio Líquido			
Capital Social		486.452	50.000
Aumento de Capital		-	250.000
Reservas de Capital		16.686	-
Reservas de Lucro		-	59.890
Prejuízos Acumulados		(347.272)	-
Participação de Não Controladores		-	(40.978)
Total do Patrimônio Líquido	16	155.866	318.912
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.337.073	4.069.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial

Demonstrações do Resultado

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$, exceto o número de ações e lucro (prejuízo) por ação)

Nota	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas de Intermediação Financeira	830.123	1.439.089	766.610
Receitas financeiras de operações de crédito	708.538	1.235.361	703.644
Resultado de operações de cartão de crédito	43.987	80.179	11.920
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.116	24.727	6.030
Resultado de Títulos e valores mobiliários	63.482	98.823	45.015
Despesas de Intermediação Financeira	(697.005)	(1.166.158)	(552.931)
Despesa de juros	(188.000)	(315.025)	(118.191)
Despesa de juros e similares	(844)	(2.038)	(961)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(508.160)	(849.095)	(433.779)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(116.779)	(191.386)	(74.274)
Despesas com provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(107.152)	(174.214)	(62.794)
Despesas com provisão para perdas associadas a recebíveis de cartão de crédito	(9.627)	(17.172)	(11.480)
Resultado de Intermediação Financeira	16.340	81.546	139.405
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(191.296)	(340.031)	(155.250)
Receita de prestação de serviço	113.505	193.938	108.922
Outras despesas relacionadas a crédito	(20.008)	(37.647)	(14.070)
Despesa de pessoal	(75.879)	(141.504)	(73.683)
Outras Despesas administrativas	(166.298)	(290.670)	(181.349)
Despesas tributárias	(14.709)	(26.546)	(23.715)
Contingências	(1.039)	(1.908)	(215)
Depreciação e Amortização	(14.151)	(22.641)	(10.901)
Outras receitas e despesas operacionais	(12.716)	(13.053)	39.762
Resultado antes de tributos e participações	(174.955)	(258.485)	(15.846)
Tributos e participações	59.536	93.517	2.604
IRPJ e CSLL correntes	(32.123)	(60.633)	(41.149)
IRPJ e CSLL diferidos	91.681	154.200	43.807
Participações Estatutárias no Lucro	(22)	(50)	(54)
Lucro Líquido e (Prejuízo) do semestre	(115.419)	(164.968)	(13.242)
Número de Ações	346.917.223	346.917.223	300.000.000
Lucro Líquido e (Prejuízo) por ação (em Reais)	(0,33)	(0,48)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial

Demonstrações do Resultado Abrangente

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro Líquido (Prejuízo) do semestre	(115.419)	(164.968)	(13.242)
Resultado Abrangente do semestre	(115.419)	(164.968)	(13.242)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucro	Reservas de Capital	Lucro/ (Prejuízo) Acumulados	Total Controladores	Total Não Controladores	Total Patrimônio Líquido Conglomerado
Saldo em 31/12/2020		50.000	-	11.998	-	-	61.998	19.433	81.431
Aumento de Capital	16	-	250.000	-	-	-	250.000	-	250.000
Lucro/(Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	47.893	47.893	(61.053)	(13.160)
Reversão/Constituição de Reserva de Lucros		-	-	47.893	-	(47.893)	-	-	-
Planos de participação societária futura		-	-	-	-	-	-	641	641
Saldo em 31/12/2021		50.000	250.000	59.890	-	-	359.890	(40.978)	318.912
Mutações no período		-	250.000	47.893	-	-	297.893	(60.412)	237.481
Saldo em 30/06/2022		300.000	-	59.890	-	7.015	366.905	(96.568)	270.337
Lucro/(Prejuízo) do semestre		-	-	-	-	(115.419)	(115.419)	-	(115.419)
Reversão Não Controladores	16	186.452	-	(59.890)	-	(238.867)	(112.305)	96.568	(15.737)
Planos de participação societária futura		-	-	-	16.686	-	16.686	-	16.686
Saldo em 31/12/2022		486.452	-	-	16.686	(347.272)	155.866	-	155.866
Mutações no período		186.452	-	(59.890)	16.686	(354.287)	(211.038)	96.568	(114.470)
Saldo em 31/12/2021		50.000	250.000	59.890	-	-	359.890	(40.978)	318.912
Aumento de Capital	16	250.000	(250.000)	-	-	-	-	-	-
Reversão Não Controladores		186.452	-	(59.890)	-	(183.869)	(57.307)	40.978	(16.329)
Lucro/(Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(163.403)	(163.403)	-	(163.403)
Planos de participação societária futura		-	-	-	16.686	-	16.686	-	16.686
Saldo em 31/12/2022		486.452	-	-	16.686	(347.272)	155.866	-	155.866
Mutações no período		436.452	(250.000)	(59.890)	16.686	(347.273)	(204.025)	40.978	(163.047)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial

Demonstrações do Fluxo de Caixa

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

		2022		2021
	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do exercício e do semestre		(115.419)	(164.968)	(13.242)
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização	17b	14.151	22.641	10.901
Provisões legais	17b	1.039	1.908	215
Despesas com provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7e	107.152	174.214	63.758
Despesas com provisão para perdas associadas a recebíveis de cartão de crédito		9.627	17.172	–
Resultado/compensação de tributos diferidos	15a	(91.681)	(154.200)	(43.807)
Marcação a Mercado - TVM	6a	(720)	(720)	328
Juros não realizados		173.637	277.328	113.205
Pagamentos baseado em ações		949	1.922	641
Resultado na baixa de imobilizado e intangível		–	1.472	–
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		848	474	–
Despesa com provisão para IRPJ e CSLL	15a	32.123	60.633	41.149
Resultado Ajustado		131.706	237.876	173.148
Varição em ativos e passivos operacionais				
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	6a	(76.732)	(127.969)	(227.739)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	7a	(240.280)	(672.649)	(389.022)
(Aumento)/Redução em Recebíveis de Cartão de Crédito	8	(666.447)	(1.011.871)	(1.215.287)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	9	(241.612)	(319.646)	183.279
Aumento/(Redução) em Depósitos	12a	709.863	1.226.896	648.105
Aumento/(Redução) em Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	12b	(76.914)	(134.200)	(147.676)
Aumento/(Redução) em Relações Interfinanceiras	12c	662.177	1.043.477	862.496
Aumento/(Redução) Obrigações por Operações Compromissadas		18.267	18.267	–
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	14	2.012	(1.697)	46.322
Imposto de renda e contribuição pagos		(11.809)	(19.260)	(15.737)
Juros pagos sobre impostos		(38)	(38)	–
Juros pagos		(17.869)	(43.183)	(7.114)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		60.618	(41.873)	(262.373)
Fluxo de caixa de atividades de Investimentos				
Participações em Coligadas e Controladas		–	–	2.556
Imobilizado de Uso e Intangível	10/11	(65.774)	(105.588)	(45.600)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) em Investimentos		(65.774)	(105.588)	(43.044)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Aumento de Capital - em dinheiro		–	–	250.000
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) em financiamentos		–	–	250.000
Caixa e Equivalentes de caixa		126.550	90.416	117.731
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do semestre e exercício		218.152	253.913	136.184
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(848)	(474)	–
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do semestre e exercício		343.855	343.855	253.913
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		126.550	90.416	117.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

**PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)**

1. Contexto Operacional

O conglomerado prudencial Will Bank ("Will Bank"), em cumprimento à resolução CMN 4.950/2021, divulga suas demonstrações contábeis em que são consolidadas, a instituição financeira líder Will S.A. Meios de Pagamento ("Will Pagamentos"), Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira" ou "Companhia"), o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC"), Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding") e Will Produtos Ltda ("Will Produtos").

O conglomerado tem como foco de atuação a concessão de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes da Will Pagamentos, aplicando seus recursos próprios e o de terceiros, captados através da emissão de Letras de Câmbio ("LC") e por Certificados e Recibos de Depósitos Bancários ("CDB" e "RDB").

A Will S.A. Meio de Pagamento, antiga PAG S.A. Meios de Pagamentos foi cindida em 10 de dezembro de 2019, originando as empresas Supernova S.A. Meios de Pagamentos ("Supernova") e Avista S.A. Administradora de Cartões de Crédito ("Avista Cartões"), que representam dois negócios segregados: (i) Supernova S.A. Meios de Pagamentos, detentora do produto digital Pag! cujas operações começaram em 2017, permitindo aos usuários a emissão de cartões Pag! Mastercard e o acesso a conta digital onde podem realizar depósitos, fazer saques, transferências, recargas de celular e pagar títulos e convênios; e (ii) Avista Cartões, cujo financiamento de operações pela Will Financeira foi encerrado no mês de abril de 2020. Em 05 de outubro de 2020 a Supernova sofreu alteração de sua denominação para Will S.A. Meios de Pagamento, a mudança da denominação da empresa vai ao encontro da estratégia do Grupo em desenvolver um novo banco digital com marca forte, direta e simples, que possibilite uma experiência intuitiva e transparente aos seus clientes, ocorrendo concomitantemente com o desenvolvimento do aplicativo willbank.

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária (14,9%). O contrato previa a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021.

Em agosto de 2022, a Will Pagamentos foi homologada pelo Bacen, porém nesse momento a Will Financeira ainda era a instituição líder do conglomerado Will. Em vista, a configuração societária e operacional do conglomerado Will, além dos benefícios regulatórios decorrentes da homologação, houve o pedido para alteração da instituição líder do conglomerado prudencial para a Will IP em substituição a Will CFI. O pleito desta alteração foi deferido em 13 de setembro de 2022, tornando-a líder do conglomerado após aprovação do Banco Central.

A Will Produtos foi incluída no consolidado prudencial a partir de janeiro de 2022, a fim de prestar serviços de intermediação, administração de programas de fidelidades e relacionamento com clientes, serviços de marketing e promoções, análises estatísticas e pesquisas de mercado e outras atividades auxiliares dos serviços financeiros. Visando operacionalizar novos produtos, como a concessão de cashback aos clientes.

Plano da Administração para aumento de liquidez do Grupo will

Em linha com a atual estratégia de crescimento da Companhia, o resultado líquido da Will Instituição de Pagamento foi de R\$51,8 milhões negativos no ano de 2021 para R\$164,9 milhões também negativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, resultando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 347,2 milhões nessa data, além de um capital circulante negativo considerados os prazos de realização dos respectivos saldos contábeis ativos e passivos divulgados nas notas explicativas. Este resultado negativo é decorrente principalmente do aumento do custo de captação, ligado diretamente ao aumento da taxa básica de juros, assim como dos investimentos realizados na estrutura administrativa da Companhia, necessários para sustentar tanto o crescimento operacional atual, quanto dos próximos períodos.

A despeito do resultado negativo descrito anteriormente, a Companhia atendia em 31 de dezembro de 2022 e na data de aprovação destas Demonstrações Contábeis os requerimentos de capital regulatório mínimo. Contudo, a partir de julho de 2023 entra em vigor a Resolução BCB nº 199 (cujo prazo de vigência foi postergado pela Resolução BCB nº 258) (nota 2), que estabelece nova metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) para conglomerado prudencial classificado como Tipo 3, conforme estabelecido na Resolução BCB nº 197, de 11 de março de 2022, projetando-se desenquadramento do PR da Companhia a partir desta data.

Nesse contexto, a Administração da Companhia vem trabalhando em uma série de iniciativas para o fortalecimento de seu capital e de sua liquidez no curto prazo, dentre as quais elencamos as principais iniciativas: (i) identificação de oportunidades e ganhos de eficiência operacional, com visível redução de custos operacionais já no primeiro trimestre de 2023, (ii) maior controle de custos, despesas e implementação de processos de acompanhamento de metas, (iii) revisão dos critérios e premissas no compartilhamento de custos e receitas entre as entidades do grupo will, objetivando a adequada remuneração dos serviços prestados e atribuição de custos e despesas administrativas condizentes com suas operações, (iv) redefinição de projetos prioritários e (v) implementação de processo para novo aporte de capital, inclusive com compromisso de suporte financeiro dos atuais controladores, com finalidade de enquadramento da Companhia às alterações trazidas pela Resolução BCB nº 199 e Resolução BCB nº 258, conforme citado anteriormente.

O processo para um novo aporte demandou a atualização do plano de capital do grupo will, o qual tem como objetivo preparar a entidade a cumprir com suas obrigações de capital no curto, médio e longo prazo, contribuindo com a manutenção da saúde financeira da instituição.

Adicionalmente, o grupo conta com aproximadamente dez instituições financeiras parceiras renomadas para captação de recursos de terceiros via depósitos a prazo, por meio da Will CFI, considerando limites atualmente disponíveis para novas captações com objetivo de agregar na manutenção dos níveis adequados de caixa e liquidez.

A Administração vem envidando esforços contínuos para garantir a continuidade operacional da Companhia e acredita que as iniciativas descritas anteriormente serão bem-sucedidas, as quais associadas com o crescimento operacional e alinhadas com uma estrutura corporativa já desenvolvida, objetivam trazer maior retorno financeiro nos próximos períodos. Portanto, a Administração avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade às suas operações e cumprir com as suas obrigações nos prazos de vencimentos contratados. Com base nessa conclusão, essas Demonstrações Contábeis foram elaboradas baseadas no pressuposto da continuidade operacional.

Ao longo dos últimos anos os acionistas da Companhia, realizaram os aportes necessários para o cumprimento de todas as obrigações legais e regulatórias, com destaque o aporte de R\$250 milhões realizado em parceria pelos fundos geridos pelo Private Equity da XP e pela gestora Atmos Capital, duas das maiores gestoras do país.

Adicionalmente, a Administração declara, conforme requerido pela Circular BACEN 3068, sua intenção e capacidade financeira da Companhia para manutenção dos títulos destacados em nota explicativa 6 às demonstrações contábeis até os seus vencimentos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do conglomerado prudencial para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN" ou "BCB") e Conselho Monetário Nacional ("CMN") e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, vale lembrar que a preparação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial estão facultadas segundo a Res. CMN 4.950/2021.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma a Will Pagamento, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou os seguintes pronunciamentos sumarizados abaixo:

Pronunciamento	Resolução
PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	BACEN 2/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	BACEN 2/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Eventos Subsequentes	BACEN 2/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN n.º 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações contábeis de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 02 (R2)
Res. CMN n.º 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN n.º 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional

Os números apresentados nas demonstrações contábeis do conglomerado prudencial são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despense caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Will Bank.

Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução BCB nº 219 de 30/03/2022

A resolução dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Will Bank S.A. Instituição de Pagamento iniciou a avaliação dos impactos de adoção os itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 69 dessa Resolução, bem como elaborou plano para a implementação da regulamentação contábil (plano), conforme requerido pelo art. 67.

O Grupo Will realizou a análise do normativo e mapeou diversos processos impactados. O ciclo de vida do plano parte do mapeamento e definições, seguindo para modelagem e implementação, finalizando na gestão.

- I. Mapeamento: levantamento das unidades estratégicas e funcionários envolvidos no projeto; dos produtos financeiros; dos sistemas corporativos que serão impactados; do gerenciamento dos riscos envolvidos em todo o projeto.
- II. Definições: atualização dos critérios para alocação em estágios e baixa em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
- III. Modelagem: elaboração da metodologia de taxa de juros efetivas para os instrumentos financeiros; dos modelos para apuração dos parâmetros de risco e da metodologia para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; revisão dos modelos de negócios.
- IV. Implementação: estruturação da informação, homologação, teste e implementação em ambiente corporativo de TI dos critérios para alocação em estágios e baixa do ativo quando sua recuperação for julgada improvável; dos ajustes tributários; dos parâmetros de riscos e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e consolidação da informação para contabilização, tributação, reportes e gestão.

A elaboração do plano considerou às informações disponíveis até o momento de sua confecção, adotando como premissas expectativas e necessidades de publicações de leis e normas específicas sobre determinados temas, dentre os quais destacamos: o novo plano de contas contábil, o detalhamento da metodologia a ser adotada para classificação dos instrumentos financeiros e o estabelecimento de parâmetros para mensuração da perda associada ao risco de crédito.

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Resoluções BCB nº 197/22, 198/22, 199/22, 200/22, 201/22 e 202/22 - Dispõe sobre novas regras prudenciais para conglomerados financeiros liderados por instituições de pagamento, harmonizando exigências regulatórias de capital já existentes para instituições financeiras. Aplicáveis a partir de janeiro de 2023 e implementação completa a partir de janeiro de 2025.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações da Will Pagamento, instituição líder do Conglomerado Prudencial, e das demais instituições assemelhadas no país e integrantes do grupo Will Bank, bem como fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios. Consideram-se assemelhadas, a Will Pagamentos, Will Holding, o FIDC e Will Produtos. Vale ressaltar que, societariamente, e a partir de Agosto de 2021 (nota 1), a empresa Will Pagamentos detém 100% de participação na Will Holding, que por sua vez detém 100% de participação na Will Financeira. Adicionalmente, a Will Pagamentos detém 100% das cotas do FIDC.

Empresa	% de participação societária
Will Financeira	100%
Will Holding	100%
Will Produtos	100%
FIDC	100%

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos entre as empresas, compreendendo às participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do conglomerado prudencial para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria do Will Bank, em 20 de julho de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Will Financeira são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações pactuadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores negociados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Ativos e Passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor poderá ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c) Disponibilidade

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia, a liquidez dessas aplicações são realizadas em até 90 dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias:

i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

ii) Títulos disponíveis para venda

São títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido dentro de outros resultados abrangentes.

iii) Títulos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício e não havendo atualização para o valor justo.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é definido como maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso. É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

Entendemos que existe apenas uma unidade geradora de caixa na Companhia, considerando o modelo de negócio no qual nossos clientes precisam adquirir um cartão de crédito para ter acesso aos produtos do Grupo Will.

Não foram identificados eventos subsequentes ou circunstâncias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que levassem ao reconhecimento de perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

g) Recebíveis de Cartão de Crédito

Os recebíveis de cartão de crédito são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos a perda por redução ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado.

A Administração avalia periodicamente os riscos na realização das contas a receber e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando, principalmente, a expectativa com base no histórico de perdas. Carteiras de crédito da Will Pagamento tem a classificação de risco atribuída em no mínimo o rating A e sofrem os efeitos de arrasto das operações estão registradas na Will Financeira, seguindo as regras de provisionamento do Banco Central do Brasil (Resolução 2.682)

h) Operações de Crédito/Provisão para perdas

São concedidas de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição e classificadas em nove níveis de risco de "AA" até "H". A Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas, considerando o provisionamento mínimo requerido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

As operações que estão classificadas no nível "H" podem ser cedidas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Recupera (FIDC), sendo que essas cessões são efetuadas sem coobrigação e registradas com conformidade com a Resolução 3.533 do CMN que estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

i) Valor justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo é considerado o preço que seria recebido por um ativo ou pago por um passivo em uma transação celebrada entre partes de uma transação no mercado. Existem três diferentes níveis de hierarquia de valor justo usados para classificação dos instrumentos financeiros, que são descritas abaixo:

Nível 1: quando a avaliação é baseada em preços cotados em mercados líquidos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: a avaliação é baseada em preços observáveis no mercado, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis que podem ser validados;

Nível 3: a avaliação é realizada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. Estas técnicas podem ser: metodologias de fluxo de caixa descontados, avaliação relativa ou outras técnicas semelhantes.

j) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são transferidos para a Will Financeira.

k) Valores pendentes de liquidação

Os valores pendentes de liquidação estão relacionados a liquidações futuras de serviços ou produtos entre a Will Pagamento e suas contrapartes, inclusive com partes relacionadas.

l) Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens de imobilizado são: (I) Móveis e utensílios - 10 anos; (II) Máquinas e Equipamentos de Informática - 5 anos; (III) Benfeitoria em imóveis de terceiros - 5 anos; (IV) Instalações - 10 anos; e (V) Veículos - 5 anos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

m) Intangível

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016.

A Will Pagamento, ao longo de suas atividades, desenvolve internamente itens sem substância física, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade resultante de desenvolvimento interno que gerará benefícios econômicos futuros esperados. Além de ser possível determinar com confiabilidade o custo desses ativos.

O intangível registrado pode incluir novas interfaces a serem disponibilizadas ao usuário, incluindo ampliação das funcionalidades do aplicativo, novos produtos que geram receita futura, melhoria nas integrações para facilitar a navegação do cliente e por consequência a diminuição do custo de atendimento. O valor ativado como intangível, em sua maioria, se trata do custo de remuneração atrelado aos profissionais diretamente envolvidos no desenvolvimento dos projetos.

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também constam no ativo tangível. A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço.

o) Letras de câmbio

Estão demonstradas pelo valor captado, acrescidas dos encargos incorridos até a data do balanço.

p) Relações Interfinanceiras

Representadas pelos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito, sendo os saldos de contas a pagar à bandeira Mastercard, deduzidos das taxas de administração e outras tarifas relacionadas.

q) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos "*pro rata temporis*". Os compromissos contratuais com juros pré-fixados são considerados pelo valor presente, calculado segundo as taxas e prazos contratuais "*pro rata die*".

q) Cessão de recebíveis

A Companhia efetua cessões de crédito à partes relacionadas, de acordo com a Resolução BCB nº 270/2022 e alterações, que estabelecem procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificadas em categoria de operações com transferência substancial dos riscos e benefícios.

Nesse sentido, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixada do título contábil utilizado para registro da operação original e resultado apurado na negociação, positivo ou negativo, é apropriado de forma diferida no resultado do período.

r) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) corrente originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do semestre.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, são calculados no final de cada exercício sobre o prejuízo fiscal e são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre base de cálculo com prejuízo serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional de IRPJ sob o excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais). A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

Em 28.04.2022 foi publicada a medida provisória (MP) n.º 1.115, convertida em Lei n.º 14.446, que alterou a Lei n.º 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A CSLL foi fixada em 16%, até 31.12.2022, nos casos das pessoas jurídicas referidas nos incisos II ao VII do parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar n.º 105/2001. Vale ressaltar que a medida entrou em vigor apenas no 1º dia do 4º mês subsequente ao de sua publicação.

s) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando a Will Pagamento entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda:

- Provável: são reconhecidas provisões no passivo;
- Possível: são divulgados nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e
- Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

t) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

u) Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreu no período apresentado utilizando o método indireto.

v) Pagamentos baseados em ações

Os benefícios concedidos referentes ao programa de pagamentos baseados em ações e opções de ações são mensurados pelo valor justo na data da outorga por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos. O valor justo na data da outorga é contabilizado de forma linear ao longo do período de aquisição, com base na estimativa das ações que eventualmente serão adquiridas, com efeito no resultado do período e contrapartida correspondente no patrimônio líquido, como reserva de capital. A Companhia revisa as estimativas quanto ao número de opções que devem ser adquiridas, com consequente reconhecimento do impacto da revisão das estimativas no resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

w) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação da Will Pagamento é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação no final do exercício aplicável.

x) Resultados recorrentes/não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis do Grupo requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e instrumentos financeiros.

b) Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

i) Vida útil de ativos não circulantes

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado e intangível levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

ii) Provisões legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou de-

cisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

iii) Perda para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo estas evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do semestre quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

v) provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto leva-se em consideração os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades		
Depósitos Bancários	152.360	71.875
Depósitos no Exterior em Moedas Estrangeiras	1.715	-
Reservas Livres	1	10.724
	154.076	82.599
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (i)		
LTN - Letras do Tesouro Nacional	50.000	171.314
LFT - Vinculadas a Saldos em Conta Pré-paga	18.267	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	1.511	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional	120.001	-
	189.779	171.314
Total	343.855	253.913

(i) Operações compromissadas em letras do tesouro com alta liquidez, sem restrição quanto a sua liquidação e são utilizadas como parte da gestão de caixa da Companhia.

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Compromissada - Posição Bancada	14.111	24.598	1.555
Aplicação em Depósito Interfinanceiro	5	129	190
Posição Bancada	-	-	4.285
Total	14.116	24.727	6.030

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por vencimento

Os instrumentos financeiros estão representados por títulos públicos federais e estão classificados nas categorias de mantidos até o vencimento e mantidos para negociação e podem ser assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponível para venda	84.142	469
Certificados de Depósito Bancário	8.711	469
Títulos dados em Garantia - Outros	75.431	-
Mantidos até o vencimento (i)	268.221	206.758
Títulos dados em Garantia - LFT	118.438	105.397
Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-paga - LFT	35.973	-
Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-paga - LFT (Marcação a Mercado)	(34)	-
Títulos Dados em Garantia em Arranjo de Pagamento	113.844	101.361
Para negociação	284.144	300.589
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	272.255	270.466
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Marcação a mercado)	720	328
Cotas de Fundo de Curto Prazo	11.169	-
Títulos dados em Garantia - Outros	-	22.747
Outros	-	7.048
Total	636.507	507.817
Circulante	284.144	171.205
Não circulante	352.363	336.612

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração procedeu a reclassificação dos ativos dados em garantia por arranjo Mastercard, da categoria de Mantido para Negociação para Disponível para Venda. Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários dentre as categorias acima apresentadas no exercício findo 31 de dezembro de 2021.

i. As LFTs demonstradas já apresentam o seu valor de curva, são contabilizadas pelo de valor de compra mais rentabilidade e por serem classificadas como mantidas até o vencimento não são elegíveis à marcação a mercado.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Títulos de Renda Fixa	23.934	43.972	9.010
Aplicações em Fundo de Investimento	39.548	54.851	36.005
Total	63.482	98.823	45.015

7. Operações de Crédito

Estão representados por operações geradas majoritariamente através do financiamento de operações de cartão de crédito da Will Pagamentos com remuneração pactuada a taxas pré-fixadas.

a) Composição das Operações de Crédito por rating

Nível de Risco	31/12/2022	31/12/2021
	Carteira	Carteira
AA	2.559	–
A	445.727	307.219
B	149.214	96.773
C	187.139	62.090
D	165.355	64.618
E	131.382	62.274
F	135.922	58.359
G	146.926	55.584
H (*)	15.341	–
Total Geral	1.379.565	706.917
Circulante	1.367.387	693.282
Não Circulante	12.178	13.635

(*) Em nosso processo de definição de cessão de crédito, da carteira vencida a mais de 180 dias ao FIDC, detalhada na nota explicativa 3 g), realizamos uma série de revisões de qualidade dos saldos contidos nessa faixa para avaliar se o crédito deveria ser incluído na cessão. Em alguns casos, parte do montante precisa ser represado para maiores análises e, portanto, podemos ter saldos registrados em H temporariamente.

b) Composição das Operações de Crédito por vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Curso Normal	447.215	307.218
Parcelas vencidas	60.811	40.131
Até 14 dias	60.811	40.131
Parcelas a vencer	386.404	267.087
Até 3 meses	349.915	254.211
3 a 6 meses	20.624	9.298
6 a 12 meses	10.641	2.919
Acima de 12 meses	5.224	659
Curso Anormal	932.350	399.699
Parcelas vencidas	737.376	296.718
Até 14 dias	35.887	12.805
Acima de 14 dias	701.489	283.913
Parcelas a vencer	194.975	102.981
Até 3 meses	151.317	82.939
3 a 6 meses	22.237	11.545
6 a 12 meses	14.468	6.077
Acima de 12 meses	6.953	2.420
Total	1.379.565	706.917

c) Resultado das Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito são advindas da apropriação de juros da carteira de crédito no montante de R\$ 1.235.361 em dezembro de 2022 (R\$ 703.644 em dezembro de 2021).

d) Constituição da Provisão para Perdas com Carteira de Crédito por níveis de risco

Conforme facultado na Resolução CMN nº 2.682/99, por se tratar de operações com valor abaixo de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), essas operações são inicialmente classificadas no nível de risco "A", sendo reclassificadas para níveis de risco "B" até "H" em decorrência da eventual inadimplência verificada nesses contratos.

A provisão para perdas com carteira de crédito é constituída sobre o saldo da carteira das operações de crédito, o mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

Os saldos contábeis das operações de crédito, considerando os níveis estabelecidos em função da política de provisionamento, ficaram assim segregados:

Nível de Risco	31/12/2022	31/12/2021
	PDD Total	PDD Total
A	(3.373)	(1.535)
B	(1.768)	(968)
C	(15.340)	(1.863)
D	(20.961)	(6.462)
E	(39.789)	(18.682)
F	(69.322)	(29.180)
G	(105.921)	(38.909)
H	(15.341)	-
Total Geral	(271.813)	(97.599)

Além da provisão apresentada acima, a companhia realizou um estudo adicional para inclusão das informações contidas no FIDC Recupera, que participa de nosso conglomerado econômico, cumprindo os requisitos de arrasto da classificação de riscos das operações prevista pela Resolução CMN nº 2.682/99, gerando uma provisão complementar de R\$ 20.374.

e) Movimentação Provisão para Perdas com Carteira de Crédito

Saldo em 31/12/2020	32.842
Constituição de PDD por rolagem e novas operações	209.188
(-) Reversão por liquidação das operações	(29.572)
(-) Cessão da carteira para o FIDC	(135.963)
Saldo em 30/06/2021	76.495
Constituição de PDD por rolagem e novas operações	373.283
(-) Reversão por liquidação das operações	(51.681)
(-) Cessão da carteira para o FIDC	(300.498)
Saldo em 31/12/2021	97.599
Constituição de PDD por rolagem e novas operações	556.657
(-) Reversão por liquidação das operações	(106.521)
(-) Cessão da carteira para o FIDC	(383.073)
Saldo em 30/06/2022	164.662
Constituição de PDD por rolagem e novas operações	727.938
(-) Reversão por liquidação das operações	(49.819)
(-) Cessão da carteira para o FIDC	(570.967)
Saldo em 31/12/2022	271.814

f) Créditos Renegociados

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos Renegociados no Período	229.904	111.147
Baixas por Cessão ao FIDC	954.040	436.461
Total	1.183.944	547.608

8. Recebíveis de Cartão de Crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber cartão de crédito - faturado (a)	1.014.211	172.347
Valores a receber cartão de crédito - a faturar (b)	1.710.950	1.553.094
Total de Recebíveis de Cartão de Crédito	2.725.161	1.725.441
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (c)	(16.502)	(11.480)
Total de Provisão para Perdas	(16.502)	(11.480)
Circulante	2.708.659	1.713.961
Não Circulante	-	-

(a) Faturas emitidas aos clientes do cartão Pag e Will ainda não vencidas;

(b) Compras realizadas pelos clientes do cartão de crédito que até a data base desta demonstração financeira não foram faturadas;

(c) A provisão para perdas com recebíveis de cartão de crédito é constituída sobre o saldo das operações, com base em uma estimativa elaborada pela Administração.

a) Composição do Recebíveis de Cartão de Crédito por rating

Nível de Risco	31/12/2022	31/12/2021
	Carteira	Carteira
A	2.539.605	1.682.468
B	92.040	29.472
C	67.506	5.015
D	10.618	3.541
E	6.483	2.188
F	4.600	1.590
G	4.274	1.167
H	35	-
Total Geral	2.725.161	1.725.441
Circulante	2.725.161	1.725.441
Não Circulante	-	-

b) Constituição da Provisão para Perdas com Carteira de Crédito por níveis de risco

Nível de Risco	31/12/2022	31/12/2021
	PDD Total	PDD Total
A	(5.360)	(8.412)
B	(638)	(295)
C	(1.708)	(150)
D	(361)	(354)
E	(882)	(656)
F	(1.113)	(795)
G	(1.854)	(817)
H	(4.585)	-
Total Geral	(16.502)	(11.480)

9. Outros Créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Compensação a receber (a)	289.384	312.705
Títulos e Créditos a Receber (b)	73.377	33.931
Valores pendentes de liquidação (c)	166.623	166.428
Despesas Antecipadas (d)	144.653	86.549
Valores a receber - sistema financeiro (e)	107.835	67.314
Devedores Diversos no País (f)	52.349	6.625
Carteira FIDC (g)	127.021	56.866
Impostos e Contribuições a Compensar	12.407	19.005
Diversos	8.820	7.483
Total	982.469	756.904
Circulante	619.708	410.269
Não Circulante	362.761	346.635

- (a) Valores a receber por acordo firmado com ex-controladores, relacionados a segregação de saldos da cisão (Nota 1).
 (b) Representado por direitos de créditos, cujos vencimentos estão previstos para os meses subsequentes ao encerramento das demonstrações contábeis;
 (c) Valores correspondentes a compartilhamento de serviços a receber entre ex-controladores.
 (d) Trata-se principalmente de gastos referentes a custos de emissão de cartão de crédito, incluindo custos com impressão, embalagem, envio entre outros. As despesas são amortizadas com base no vencimento dos cartões emitidos;

- (e) Valores pagos antecipadamente para realização de serviços financeiros e recargas de celulares aos clientes ou a receber de outros participantes do sistema financeiro.
- (f) Referem-se substancialmente a valores a receber decorrentes de transações de clientes ainda não repassados.
- (g) A Instituição é a única cotista do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera, o qual adquire direitos creditórios inadimplidos da Will Financeira, controlada integral da Instituição, os quais são avaliados a valor justo anualmente com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Esses direitos creditórios, totalizam o montante de R\$ 127.021 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 56.866 em 31 de dezembro de 2021). O Fundo recuperou um montante de R\$ 36.080 de direitos creditórios entre 01 de janeiro de 2023 até 30 de abril de 2023.

10. Imobilizado de Uso

a) Composição do Imobilizado

	Saldo em 31/12/2021	2022		
		Depreciação	Saldo Contábil	Saldo Líquido
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	1.703	(632)	3.761	3.129
Equipamento de Informática	933	(927)	1.705	778
Equipamento de Computação	15.879	(9.456)	20.105	10.650
Instalações	1.603	(1.241)	1.603	362
Máquinas e Equipamentos	2.278	(854)	1.486	632
Móveis e Utensílios	2.132	(1.797)	2.965	1.168
Telefonia	152	(139)	175	36
Veículos	762	(110)	110	–
Total	25.442	(15.156)	31.910	16.754

b) Movimentação Imobilizado

	Saldo em 31/12/2021			Saldo em 31/12/2022
		Adições	Baixas	
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	1.703	4.480	(2.422)	3.761
Equipamento de Informática	933	773	(2)	1.704
Equipamento de Computação	15.879	6.320	(2.093)	20.106
Instalações	1.603	–	–	1.603
Máquinas e Equipamentos	2.278	12	(804)	1.486
Móveis e Utensílios	2.132	834	(1)	2.965
Telefonia	152	23	–	175
Veículos	762	–	(652)	110
Total do Imobilizado - Custo Histórico	25.442	12.442	(5.974)	31.910
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	(1.561)	(622)	1.551	(632)
Equipamento de Informática	(810)	(118)	1	(927)
Equipamento de Computação	(8.621)	(2.909)	2.074	(9.456)
Instalações	(1.085)	(156)	–	(1.241)
Máquinas e Equipamentos	(1.528)	(122)	796	(854)
Móveis e Utensílios	(1.642)	(156)	1	(1.797)
Telefonia	(132)	(7)	–	(139)
Veículos	(762)	–	652	(110)
Total do Imobilizado - Depreciação Acumulada	(16.140)	(4.090)	5.075	(15.156)
Total do Imobilizado - Valor Residual	9.302	8.352	(899)	16.754

11. Intangível

a) Composição do Intangível

	2022			
	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo Contábil	Saldo Líquido
Programas de Computadores	366	(373)	51.708	51.335
Desenvolvimento interno	52.103	(26.863)	127.399	100.536
Outros	663	–	663	663
Total	53.133	(27.236)	179.770	152.534

b) Movimentação do Intangível

	2022				Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Transf.	Baixas	
Programas de Computadores	366	51.342	–	–	51.708
Desenvolvimento interno	52.103	75.751	–	(457)	127.398
Outros	663	–	–	–	663
Total do Intangível - Custo Histórico	53.133	127.093	–	(457)	179.770
Programas de Computadores	(71)	(889)	587	–	(373)
Desenvolvimento interno	(6.527)	(19.420)	(924)	8	(26.863)
Outros	–	(133)	133	–	–
Total do Intangível - Amortização Acumulada	(6.598)	(20.442)	(204)	8	(27.236)
Total do Intangível - Valor Residual	46.535	106.651	(204)	(449)	152.534

12. Instrumentos Financeiros

a) Segregação por vencimento de Depósitos

Representados por Depósitos a prazo que estão registrados pelo valor captado, acrescido dos encargos “pro rata temporis” até a data do balanço, para os depósitos pós-fixados são remunerados de 96% a 160% da taxa CDI (taxa média de 123%) e os pré-fixados remunerados nas taxas pactuadas, em torno de 12,27%a.a., os saldos em conta de pagamento pré-paga, que é um produto Pag! e Will, ofertado aos clientes, correspondem ao montante de moeda eletrônica:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Vencimento			Vencimento		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Pré-fixados	787.185	696.631	1.483.816	269.046	513.099	782.145
Pós-fixados	134.010	866.135	1.000.145	61.376	200.200	261.576
Moeda Eletrônica	53.786	–	53.786	32.985	–	32.985
Total	974.981	1.562.766	2.537.747	363.407	713.299	1.076.706

b) Segregação por vencimento de Recursos de Aceites

Representados por Letras de Câmbio (“LC”) emitidas, são captadas com base em taxas pós-fixadas e são remuneradas de 108,7% a 160% da taxa CDI (taxa média de 129%) e as pré-fixadas remuneradas na taxa pactuada, entre 4,54%a.a. a 15,39%a.a (taxa média de 8,95%a.a.), e estão registradas pelo valor captado, acrescido dos encargos “pro rata temporis” até a data do balanço.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Vencimento			Vencimento		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Pré-fixados	127.105	325.328	452.433	81.192	412.987	494.179
Pós-fixados	122.503	166.547	289.050	133.989	247.514	381.503
Total	249.608	491.875	741.483	215.181	660.501	875.682

c) Relações Interfinanceiras

As transações parceladas que ocorrem no cartão de crédito, sem juros de transações do cartão de crédito, com prazos máximos de 12 meses, portanto, o saldo a pagar em cada exercício corresponde ao fluxo máximo de um ano.

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a liquidar - Bandeira (a)	2.756.771	1.728.597
Valores a Liquidar - Operações	16.557	1.253
Total	2.773.328	1.729.850
Circulante	2.773.328	1.729.850
Não Circulante	-	-

(a) Valores a liquidar - Bandeira: O prazo máximo de recebimento das transações de pagamentos que os clientes executam é de 30 dias contados da data da operação e o prazo médio de liquidação das bandeiras é de 27 dias a partir da data da transação.

d) Despesas de Juros

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Depósitos a Prazo	139.197	220.388	52.506
Aceites Cambiais	47.734	92.742	64.274
Outros	1.069	1.895	1.411
Total	188.000	315.025	118.191

13. Provisões e Contingências Passivas

a) Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Contingentes - Cíveis	4.017	2.354
Total	4.017	2.354

O Grupo é parte em ações judiciais em curso normal de suas operações, envolvendo os aspectos tais de natureza cível. Esses assuntos são discutidos nas diferentes esferas e os quais, quando requerido no andamento dos processos, envolvem depósitos judiciais pela Will Pagamento como garantia do processo.

Estas provisões são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportadas pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2022 totalizam o valor de R\$ 4.017 (R\$ 2.354 em 31 de dezembro de 2021). No fim do exercício de 2022, existem ainda processos cíveis e trabalhistas classificados como perda possível, sendo considerados contingências passivas, no montante de R\$ 896 (R\$216 em 31 de dezembro de 2021).

b) Movimentação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	2.354	2.138
Constituição	5.739	2.197
Reversão de provisão	(4.023)	(986)
Baixa por pagamento	(704)	(1.077)
Atualização monetária	652	82
Saldo Final	4.017	2.354

14. Outras Obrigações

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IOF a Recolher	6.937	6.775
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	41.373	25.412
PIS e COFINS	3.228	1.370
Outros	8.610	4.082
Obrigações Trabalhistas	25.466	15.340
Credores diversos - Pais (1)	6.128	7.613
Total	91.742	60.592
Circulante	91.742	60.592
Não Circulante	-	-

(1) Estão representados por saldos a pagar para a fornecedores, em decorrência dos valores faturados de débitos a pagar.

15. Tributos

a) Conciliação dos encargos de IRPJ e CSLL

	<u>2022</u>		<u>2021</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(175.079)	(258.605)	(15.845)
Participações no Lucro	(22)	(50)	(54)
Resultado antes dos Impostos	(175.101)	(258.655)	(15.899)
Encargo Total do IRPJ e CSLL às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	70.040	103.462	6.360
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (1)	(2.469)	(710)	(853)
Demais Despesas Indedutíveis	(626)	(1.733)	(2.910)
Créditos tributários não ativados (2)	(7.389)	(7.389)	-
Outros Ajustes	(10)	(88)	37
Adicional de IRPJ	12	24	24
Imposto de Renda e Contribuição Social	59.558	93.566	2.658
Impostos Correntes	(32.123)	(60.633)	(41.149)
Impostos Diferidos	91.681	154.200	43.807

(1) Majoração da alíquota da CSLL impactando a contribuição diferida, a partir de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

(2) Por determinação do Banco Central do Brasil, a Companhia deixou de registrar créditos tributários a partir de dezembro de 2022, condição esta que deve ser respeitada até que a Will IP passe a apresentar lucros tributáveis.

b) Despesas Tributárias

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
PIS/COFINS	12.375	22.531	21.271
ISS	2.203	3.754	2.187
Outras Despesas Tributárias	131	261	257
Total	14.709	26.546	23.715

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

c1. Ativos Fiscais Diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingências cíveis	1.347	942
Provisão para Fornecedores	1.875	3.708
Outras Provisões	3.340	4.148
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	14	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	118.662	43.632
Total dos créditos sobre diferença temporária	125.238	52.430
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	211.900	121.778
Total IR e CS diferidos ativo	337.138	174.208

c2. Passivos Fiscais Diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(288)	(131)
Provisão Incentivo Mastercard	(14.333)	(5.758)
Total IR e CS diferidos passivo	(14.621)	(5.889)

d) Expectativa de Realização

O aproveitamento dos créditos tributários está projetado para ser realizado como segue:

Ano	IRPJ		CSLL		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total	Total
2023	78.274	–	46.964	–	125.238	110.099
2024	–	510	–	268	777	511
2025	–	3.135	–	1.881	5.016	3.769
2026	–	8.308	–	4.985	13.293	9.417
2027	–	12.137	–	7.282	19.419	12.914
2028	–	16.390	–	9.834	26.223	16.525
2029	–	20.764	–	12.458	33.222	22.095
2030	–	25.409	–	15.245	40.654	25.507
2031	–	30.631	–	18.379	49.010	29.009
2032	–	15.179	–	9.107	24.286	13.561
Total	78.274	132.463	46.964	79.439	337.138	243.407

O valor presente dos tributos fiscais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 243.407 (R\$ 164.809 em 31 de dezembro de 2021), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, utilizando na projeção da Taxa Selic adotada e no método de fluxo de caixa descontado, é possível visualizar o cálculo do valor presente do crédito tributário conforme demonstrado no quadro acima.

Nos termos da Resolução BCB nº 15/20, a realização e a manutenção do registro contábil do ativo fiscal diferido dependem do atendimento aos prazos e requisitos definidos na norma, como a apresentação de histórico de lucros tributáveis e realização de valores em dois períodos consecutivos acima de 50% dos valores originalmente previstos, bem como a expectativa da geração de lucros tributáveis futuros, baseados em estudo técnico que demonstre a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de 10 anos.

O estudo de realização dos créditos tributários elaborado pela administração para data-base de 31 de dezembro de 2022 projeta a existência de lucros tributáveis futuros para a realização do desses ativos dentro prazo máximo previsto na norma, especialmente em função das premissas de crescimento e rentabilização da carteira de clientes da Companhia, além dos ganhos de eficiência com investimentos recentes em tecnologia e redução de custos diretos, resultando em aumento de sua margem financeira, e de outras despesas operacionais, no contexto do plano de negócio da entidade (nota 1).

16. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Capital Social é de R\$ 486.452 (quatrocentos e oitenta e seis milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), composto por 346.917.223 (trezentos e quarenta e seis milhões novecentos e dezessete mil duzentos e vinte e três mil) ações, sendo 184.855.995 em ações ordinárias e 162.061.228 em ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não conferem direito a voto, exceto nas hipóteses previstas na Lei das Sociedades por Ações, mas terão preferência no reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento no Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R\$250.000 na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária (24,9%). O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding") foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial no montante de R\$ 100.529. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021, sendo então a Will Pagamento a controladora da Will Holding e Will Financeira, onde foi realizado um aporte de aumento de capital no valor do investimento efetuado, com a consequente emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações (preferenciais), processo o qual foi homologado pelo BACEN por meio do Ofício 12998/2022-BCB no dia 29 de junho de 2022.

Reservas

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

Dividendos

O artigo 26º do Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, serão destinados (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, até que se alcance 20% do capital social; (ii) 25% para dividendos aos acionistas; e (iii) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral. Todavia, o art. 27º também prevê que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

Planos de participação societária futura

A Companhia oferece a colaboradores, administradores e parceiros selecionados, desde que aprovados pelo seu Conselho de Administração, planos de participação societária futura através de venda de opções. Tal plano possui natureza mercantil e objetivo de estimular o desenvolvimento da instituição no médio e longo prazo. As outorgas das operações essencialmente ocorrem em função da fluência do prazo, conforme aplicável.

17. Outras Receitas e Despesas Operacionais

a) Receitas Financeiras de Operações de Cartão de Crédito

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Multa e Mora (a)	31.687	55.130	11.023
Incentivo Mastercard (b)	10.634	21.269	(67)
Variação Cambial	892	2.073	964
Recarga de Celular	774	1.709	–
Total	43.987	80.179	11.920

(a) Mora 1% a.m. e multa contratual 2% por evento.

(b) Valor referente a acordo entre Will Pagamento e Mastercard (contrato assinado 31/12/2021), quando a Will IP atinge um determinado valor de utilização do cartão, é efetuado o recebimento do incentivo.

b) Receita de Prestação de Serviço

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita de Intercâmbio (a)	102.374	179.850	46.311
Antecipação de Recebíveis	7.719	10.677	1.007
Rendas de Serviços Prestados a Ligadas	3.297	3.297	–
Outros	115	115	61.603
Total	113.505	193.939	108.922

(a) São representadas pelas taxas geradas através da utilização dos cartões.

c) Despesas de Serviços Financeiros

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de Intermediação Financeira	509.005	851.133	434.740
Despesa de juros e similares	844	2.038	961
Juros sobre financiamento tomado (a)	404	769	10
Despesas com descontos concedidos	440	1.269	951
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	508.160	849.095	433.779
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	116.779	191.386	74.274
Despesas com provisão para perdas associadas ao risco de crédito	107.152	174.214	62.794
Despesas com provisão para perdas associadas a recebíveis de cartão de crédito	9.627	17.172	11.480
Total	625.784	1.042.519	509.014

(a) Juros sobre o leasing de máquinas e equipamentos;

d) Despesas de Pessoal

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	43.968	85.370	43.210
Benefícios	10.582	19.819	12.109
Encargos sociais	16.605	29.527	14.060
Outras despesas de pessoal	4.724	6.788	4.304
Total	75.879	141.504	73.683

e) Outras Despesas Administrativas

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras Despesas Administrativas	156.508	271.438	182.300
Processamento de Dados	35.173	60.832	28.080
Despesas de marketing	48.211	88.818	13.654
Serviços financeiros	16.975	31.387	32.350
Despesas de Viagem	1.656	2.780	2.207
Despesas de escritório	8.894	13.933	4.386
Serviços Técnicos Especializados (*)	39.760	63.072	64.669
Outros	5.839	10.616	36.955
Contingências	1.039	1.908	215
Depreciação e amortização	14.151	22.641	10.901
Outras Receitas e Despesas Operacionais	12.841	13.176	(39.762)
Outras despesas relacionadas a crédito	20.008	37.647	14.070
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	20.008	37.647	14.070
Total	204.547	346.810	167.724

(*) Referem-se substancialmente a serviços terceirizados de cobranças contratados.

18. Operações de Venda ou de Transferência de ativos financeiros

O resultado de venda ou de transferência de ativos financeiros, corresponde ao retorno das cessões efetuadas ao FIDC ao longo do semestre, que no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 o montante é de R\$ 849.095 (R\$ 433.779 em dezembro de 2021).

19. Partes Relacionadas

Remuneração a Administração

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Honorários de diretores e conselheiros	4.496	6.168	2.970

No final de 2019 a Will Pagamento foi gerada por um processo de cisão com o Grupo Avista, que na época era sua parte relacionada. Esse processo resultou em acordos pactuados com a contraparte de compartilhamento de serviços e indenização, conforme documentado na nota explicativa 8 de outros créditos.

20. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

a) Gestão de Riscos

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco operacional, risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado. A gestão de riscos busca minimizar efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

b) Risco Operacional

Trata-se da possibilidade de a Instituição sofrer perdas decorrentes dos seguintes eventos: falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento, falhas na identificação e autenticação do usuário final, falhas na autorização das transações de pagamento; fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local

de trabalho, práticas inadequadas relativas a usuários finais, produtos e serviços de pagamento, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, ocorrências que acarretem a interrupção das atividades da instituição de pagamento ou a descontinuidade dos serviços de pagamento prestados, falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades envolvidas em arranjos de pagamento e falhas na iniciação de transação de pagamento. Inclui-se ainda o risco legal derivado de eventual deficiência em contratos, sanções associadas a descumprimentos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades executadas pela Instituição.

c) Risco de Liquidez

Consiste na possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além do não cumprimento, quando solicitado pelo usuário, da conversão de moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

d) Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo o inadimplemento do usuário final perante o emissor de instrumento de pagamento pós-pago e do emissor perante o credenciador de instrumento de pagamento e de instituição de pagamento devedora de outra instituição de pagamento em função de acordo de interoperabilidade entre diferentes arranjos.

e) Risco de Mercado

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

f) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Will e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos. Conforme definido na Circular 3.681/13, as instituições de pagamento precisam manter um patrimônio líquido mínimo ajustado com as contas de resultado (Patrimônio Líquido + Contas de Resultado Credoras - Contas de Resultado Devedoras) de acordo com os tipos de serviços de pagamentos prestados. O requerimento mínimo de patrimônio da Will IP é calculado com base nos seguintes serviços:

Emissor de instrumento de pagamento pós-pago

- i) no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses.

Emissor de moeda eletrônica

- i) maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou
- ii) do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

Na tabela abaixo, é demonstrado de forma detalhada, o requerimento mínimo de patrimônio da Will IP, conforme a regulamentação em vigor:

	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio Líquido Ajustado	155.866
Volume Transações de Pagamento Pós-Paga	12.316.934
Média Últimos 12 meses	1.026.411
Saldo de Moedas Eletrônicas	53.786
Requerimento Mínimo de Patrimônio	74.314
Margem	81.552

21. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 não identificamos valores que deveriam ser classificados como resultados não recorrentes.

22. Informações Suplementares ao Fluxo de Caixa

a) Transações que não afetam o caixa

Fluxo de caixa de atividades de financiamentos	<u>2º semestre 2022</u>	<u>Exercício 2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Diferença na aquisição de ativo intangível (nota 11)	33.947	33.947	-

A diferença entre o valor apresentado em aquisição de ativo intangível, na nota explicativa 11 e nos Fluxos de caixa das atividades de investimento da Demonstração dos Fluxos de Caixa, refere-se a aquisição do aplicativo Meu Pag! utilizado em nosso aplicativo com os clientes.

23. Evento Subsequente

Em janeiro de 2023 a Will Financeira sofreu o desenquadramento do Índice de Basileia ("IB"), atingindo 8,68%, superior ao mínimo de 8% exigido pelas normas aplicáveis à instituição, porém inferior aos 10,5% quando considerado os 2,5% de Adicional de Capital Principal ("ACP"). Para o enquadramento da Will Financeira ser realizado, foi necessário efetuar um plano de regularização, que envolveu o aumento de capital na Will Financeira através da Will Pagamento (via Will Holding). Os recursos vieram do FIDC NP Recupera ("FIDC"), parte do Conglomerado Prudencial Will.

Nessa operação, a Will Pagamento efetuou a amortização parcial de cotas do FIDC e direcionou o caixa livre para realizar o aumento de capital na Will Financeira. O aumento de capital foi realizado em 29/05/2023, no montante de R\$ 70 milhões

will 
BANK